



O Regresso da Política

Maria João Seabra

Contra o triunfalismo e o excessivo optimismo provocado pelo fim do comunismo, Jean-Marie Guéhenno regressa, seis anos após *La fin de la démocratie*, à análise lúcida das novas realidades políticas. Partindo do pressuposto de que a História não acabou e de que a democracia não é um estado natural para o qual tende a sociedade humana, é necessário, hoje, analisar os desafios postos pela globalização à liberdade e à democracia. Desfeita que está a dicotomia mercado *versus* comunismo, o triunfo indiscutível do primeiro não significa necessariamente o triunfo inexorável da democracia. Pelo contrário, é necessário alertar para os perigos de um conformismo democrático exultante e cego perante a globalização, realçando as mutações constantes que afetam os Estados e os indivíduos.

Qual é hoje o justo combate democrático? Para Guéhenno, o desafio principal é a invenção dos cidadãos da mundialização. A alteração da geografia política provocada pela globalização faz com que sejamos consumidores, trabalhadores, cibernautas, mas a progressiva alteração das comunidades políticas tradicionais – os Estados – provoca a diluição da cidadania, e com ela, da liberdade e da democracia. Assim, a globalização gera a necessidade de criar novas comunidades políticas e novas formas de cidadania, que assegurem a liberdade e a democracia. O que está em causa não é o regresso ao totalitarismo, mas sim a progressiva atomização dos indivíduos provocada pela *desintermediação* política: cada indivíduo confronta-se com a globalidade, numa relação directa e necessariamente desigual. Jean-Marie Guéhenno confronta a democracia como valor e a democracia como técnica: o que está em causa não é somente o conjunto de

Maria João Seabra, IEEI

Jean-Marie Guéhenno, *L'Avenir de la liberté – La démocratie dans la mondialisation, Paris, Flammarion, 1999*

regras e procedimentos de limitação do poder – que também são sujeitos da globalização – mas sim a afirmação de um bem comum, necessariamente inscrito num espaço público onde os cidadãos se reconhecem.

Para Guéhenno, os cidadãos da globalização só poderão surgir da articulação entre a *comunidade de memória* e a *comunidade de escolha*. Se as fronteiras já não delimitam as comunidades políticas, se a separação entre interesses privados e públicos já não é estritamente política, se cada vez surgem novos actores que desempenham funções políticas, e logo, são detentores de poder, qual poderá ser o papel do Estado e, sobretudo, qual será a base da sua legitimidade? É a alteração do papel do Estado que provoca a erosão das comunidades de memória. Confrontados com a globalização, cada indivíduo escolhe isoladamente a comunidade a que pertence, sem intermediários. O papel do Estado passa a ser mais a articulação de interesses dos indivíduos do que a formação do interesse comum.

A distinção entre comunidade de memória e comunidade de escolha remete para a distinção entre o modelo americano e o modelo europeu – a nação como destino e a nação como passado. Mas, para o autor, é precisamente na Europa que se estão a dar os passos mais significativos da articulação entre as duas comunidades, criando um espaço político de cidadania, via para a criação dos cidadãos da globalização. A experiência europeia de integração, após a queda do Muro de Berlim, deixa de ter um espaço geo-

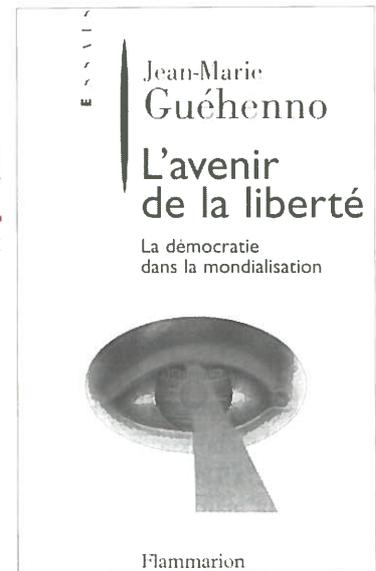


gráfico preciso (a Europa ocidental), o que veio salientar ainda mais a questão da finalidade política do projecto europeu, obrigando a uma definição positiva e já não a uma definição negativa, de oposição a um inimigo. Ultrapassando largamente a dimensão institucional da articulação de soberanias nacionais, a União Europeia pode ser uma *invenção democrática*, uma comunidade de escolha política. Neste sentido, tentar traçar limites geográficos ou civilizacionais é limitar à partida o potencial inovador da integração europeia. Como diz Guéhenno, "a ideia de uma Europa acabada, que terá chegado às suas fronteiras, não faz sentido. A ideia de Europa desaparece quando pára e a construção da Europa é sobretudo um momento histórico, uma etapa (...) que nos aproxima de uma regulação do mundo globalizado (...)". Trata-se assim da criação de um espaço público novo, feito simultaneamente de memória e de escolha, que acomoda as diversas pertenças dos indivíduos e lhes possibilita a manutenção de um estatuto de cidadãos.

Os cidadãos da globalização não surgirão numa comunidade-mundo ainda inexistente e que provavelmente nunca existirá. É necessário que existam espaços de intermediação política onde haja um equilíbrio entre interesses públicos e privados, onde se concilie a solidão do indivíduo com a abstracção da globalidade: só assim se garantirá a democracia e a liberdade. ■